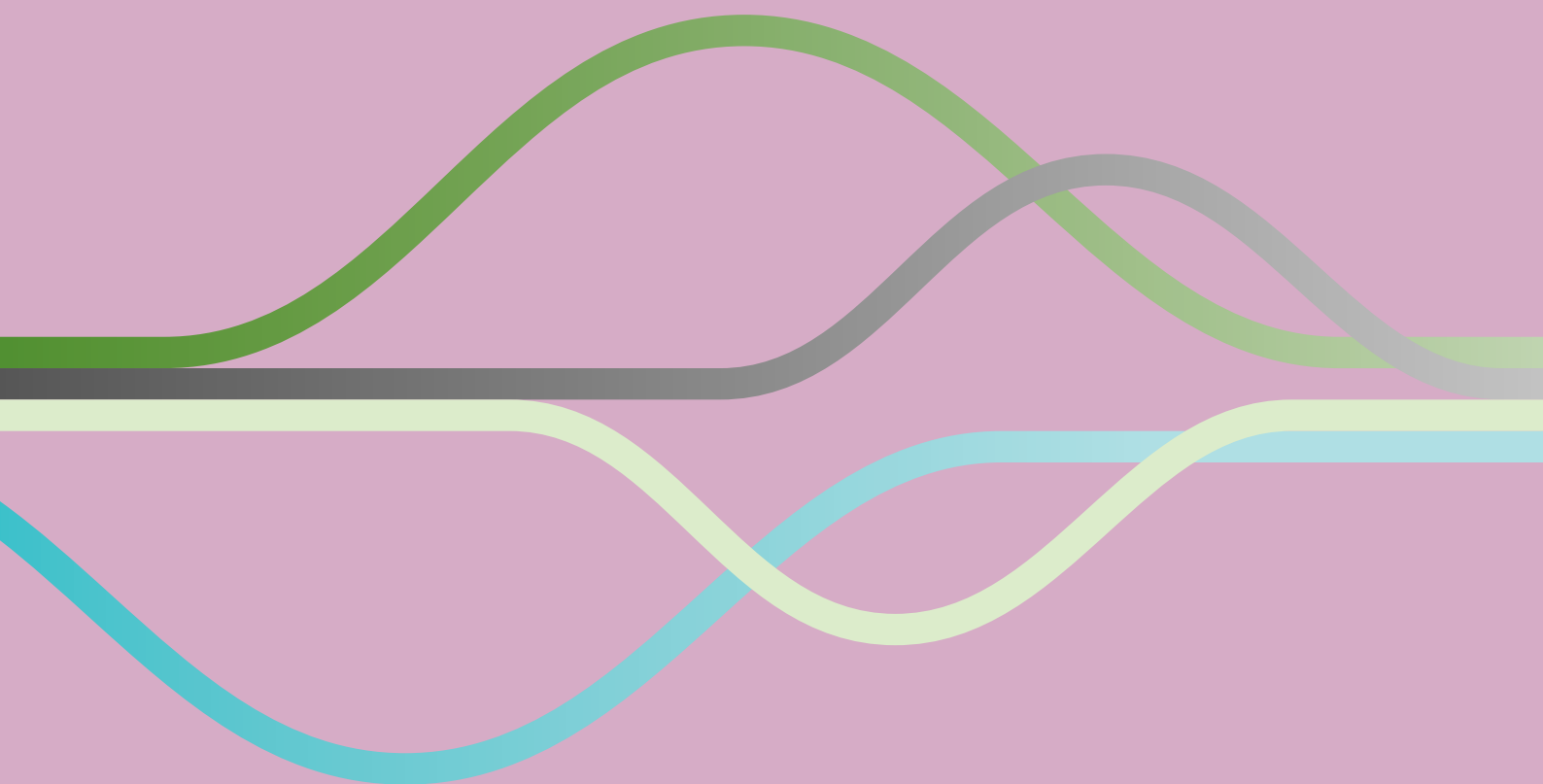


CENTRO & PORTUGAL

Boletim trimestral **33**

*Informação reportada ao
quarto trimestre de 2016*



ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 13** Turismo
- 14** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é definida na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



33

Boletim trimestral

Informação reportada ao quarto trimestre de 2016

FICHA TÉCNICA

Editor
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição
Março de 2017

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns dados de informação conjuntural encontram-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



DATA CENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
de PORTUGAL

O Produto Interno Bruto registou um acréscimo de 2,0% em volume no quarto trimestre de 2016. Face aos trimestres anteriores ocorreu uma aceleração que resultou da procura interna, uma vez que o contributo líquido da procura externa foi negativo, com as importações de bens e serviços a crescerem acima das exportações. Simultaneamente, a taxa de desemprego nacional manteve-se nos 10,5%, o valor mais baixo dos últimos anos, e o nível médio de preços cresceu 0,8%. Enquanto a confiança dos consumidores se manteve negativa, a confiança dos empresários aumentou face ao trimestre homólogo.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, verificou-se, em termos homólogos, um ligeiro aumento do emprego e uma redução do desemprego. A taxa de desemprego regional foi de 7,9%, o que correspondia a 90,5 mil desempregados, e a taxa de emprego da região foi de 54,0% resultado de uma população empregada de 1.060,4 mil indivíduos. Os custos com o trabalho diminuíram, enquanto o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superou o do trimestre homólogo.

O setor empresarial continuou a evidenciar dificuldades, registando-se uma diminuição homóloga das empresas constituídas e dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro, continuando o crédito vencido a apresentar níveis bastante elevados. Já as ações de insolvência diminuíram pelo terceiro trimestre consecutivo. O setor da construção voltou a dar sinais de retoma evidenciados pelos significativos aumentos homólogos nos indicadores regionais do licenciamento. Finalmente, neste trimestre, o crédito à habitação vencido diminuiu, infletindo a tendência dos últimos seis anos. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, registou-se um abrandamento no crescimento homólogo real quer das saídas, quer das entradas de bens. Todos os indicadores representativos do consumo privado regional registaram, neste trimestre, evoluções favoráveis.

No Centro 2020, até ao final de 2016 estavam aprovadas 2.469 operações, prevendo-se um investimento total na região de 1.087 milhões de euros e envolvendo 577 milhões de euros de fundos comunitários FEDER e FSE. Para além deste volume de aprovações do Programa Operacional Regional, nos quatro Programas Operacionais Temáticos foram aprovados mais de mil milhões de euros de fundos europeus referentes a projetos com investimento na Região Centro.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 2,0% em termos homólogos reais. Face aos trimestres anteriores, registou-se uma aceleração que resultou da procura interna, uma vez que o contributo líquido da procura externa foi negativo, com as importações de bens e serviços a crescerem acima das exportações. A taxa de desemprego nacional manteve-se nos 10,5%, a mais baixa dos últimos anos, e o nível de preços cresceu 0,8%. Enquanto a confiança dos consumidores se manteve negativa, a confiança dos empresários aumentou face ao trimestre homólogo.

2,0%
foi o acréscimo
homólogo do PIB e

2,6%
a variação homóloga
real do investimento

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015
PIB*	v. h. (%)	2,0	1,7	1,0	1,0	1,4	1,4	1,6
Procura interna	v. h. (%)	2,5	1,1	0,8	1,6	2,4	1,5	2,5
Consumo das famílias	v. h. (%)	3,1	1,9	1,6	2,5	1,9	2,3	2,6
Formação bruta de capital	v. h. (%)	2,6	-1,8	-2,1	-2,1	5,8	-0,9	4,6
Taxa de investimento	%	16,3	15,6	16,2	15,6	16,2	16,0	16,3
Exportações	v. h. (%)	6,4	5,6	1,9	3,7	3,7	4,4	6,1
Importações	v. h. (%)	7,3	3,9	1,5	4,8	6,0	4,4	8,2
VAB	v. h. (%)	1,7	0,9	0,2	0,7	1,5	0,9	1,2
Taxa de desemprego	%	10,5	10,5	10,8	12,4	12,2	11,1	12,4
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,8	0,7	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5
Indicador de confiança dos consumidores	%	-8,2	-12,4	-12,6	-11,3	-14,1	-11,1	-12,3
Indicador de clima económico	%	1,2	1,3	1,2	0,9	1,0	1,1	1,0
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,079	1,116	1,129	1,102	1,095	1,107	1,110
	v. h. (%)	-1,5	0,4	2,2	-2,2	-12,3	-0,3	-16,5

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no quarto trimestre de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 2,0% face ao trimestre homólogo¹ e acelerou relativamente aos trimestres anteriores, apresentando a taxa de crescimento mais elevada desde o segundo trimestre de 2010.

A procura interna contribuiu positivamente para esta evolução do PIB, ao crescer 2,5% na comparação homóloga, o que corresponde a mais 1,4 pontos percentuais do que no trimestre anterior, refletindo o aumento do consumo das famílias e a recuperação do investimento. Assim, as despesas de consumo final das famílias cresceram 3,1%, em termos homólogos, taxa bastante superior às dos períodos anteriores. Após apresentar variações homólogas reais negativas nos três trimestres anteriores, o investimento finalmente aumentou, registando uma variação de 2,6% na formação bruta de capital e uma taxa de investimento de 16,3%.

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

A procura externa apresentou, neste trimestre, um contributo líquido negativo para a variação homóloga real do PIB, uma vez que ocorreu uma aceleração mais pronunciada nas importações de bens e serviços do que nas exportações, com aumentos homólogos reais de 7,3% e de 6,4%, respetivamente. Tanto nas exportações, como nas importações, ambas as componentes, bens e serviços, contribuíram para estes crescimentos.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 1,7% em termos homólogos reais, sendo a taxa de crescimento mais elevada desde o terceiro trimestre de 2010. Destacam-se os aumentos homólogos reais nos ramos da “energia, água e saneamento” (5,1%), “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” e “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (ambos com 4,4%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve-se nos 10,5%, ou seja, menos 1,7 pontos percentuais do que no trimestre homólogo, sendo a taxa mais baixa desde o final de 2009. Estimavam-se 543,2 mil indivíduos desempregados no país, no quarto trimestre de 2016, traduzindo uma diminuição trimestral e homóloga do desemprego (de 6,3 e 90,7 mil indivíduos, respetivamente).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, conheceu um aumento homólogo de 0,8%. Das 12 classes, apenas três registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado”, “saúde” e “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação”. Em contraponto, os maiores aumentos do nível de preços ocorreram nas classes “comunicações”, “restaurantes e hotéis” e “bebidas alcoólicas e tabaco”.

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores diminuíram em termos homólogos, notando-se, no entanto, uma melhoria face aos trimestres anteriores. Já a confiança dos empresários aumentou face ao trimestre homólogo, segundo o indicador de clima económico³, também do INE.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma desvalorização do euro, o que se traduz num preço inferior para igual quantidade de bens exportados mas num preço superior para igual quantidade de bens importados.

MERCADO DE TRABALHO

No quarto trimestre de 2016, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se um ligeiro aumento do emprego e uma redução do desemprego. Também a população ativa e a taxa de atividade diminuíram ligeiramente em termos homólogos, por contraste com a população inativa que aumentou. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superou o do trimestre homólogo, enquanto os custos com o trabalho diminuíram.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no quarto trimestre de 2016, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶ na Região Centro diminuiu ligeiramente face ao trimestre homólogo para os 58,6%, igualando a média nacional. Como habitual, a taxa de atividade regional dos homens foi bastante superior à das mulheres (64,9% contra 53,1%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.150,8 mil indivíduos, tendo-se registado um ligeiro decréscimo de 0,5% face a igual período do ano anterior. Já os inativos⁸ totalizavam 1.093,2 mil indivíduos, mais 0,2% do que no trimestre homólogo, evolução que foi impelida pelos reformados e outros inativos e contrariada pelos domésticos e estudantes com 15 e mais anos.

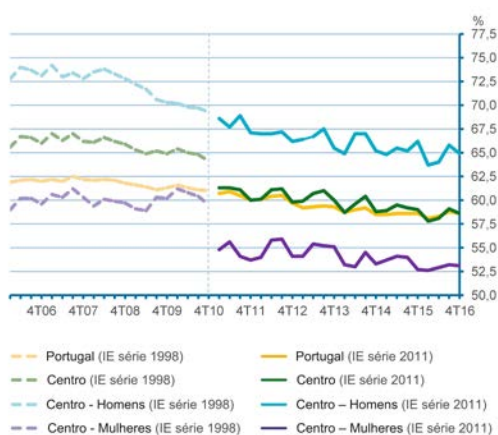
7,9%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre

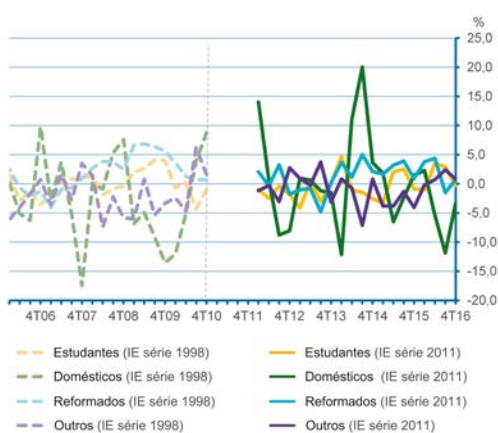
-48,3%

foi a redução homóloga dos desempregados à procura do primeiro emprego na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)⁹



⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁶ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015	
		média trimestral							
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	58,6	58,8	58,3	58,1	58,6	58,5	58,6	
Centro	%	58,6	59,1	58,1	57,8	59,0	58,4	59,1	
	v. h. (p.p.)	-0,4	-0,1	-1,4	-1,1	0,2	-0,7	-0,3	
População ativa – Centro	milhares	1.150,8	1.160,7	1.140,9	1.135,4	1.156,4	1.147,0	1.161,4	
	v. h. (%)	-0,5	-0,2	-2,3	-2,0	-0,1	-1,2	-0,8	
População inativa – Centro	milhares	1.093,2	1.085,3	1.107,2	1.114,9	1.091,0	1.100,1	1.092,0	
	v. h. (%)	0,2	-0,3	1,8	1,2	-1,4	0,7	-0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	171,1	169,2	190,3	177,7	171,7	177,1	174,9	
	v. h. (%)	-0,3	2,9	3,5	-1,1	-0,9	1,3	0,0	
Domésticos	milhares	100,5	94,5	95,4	103,7	104,0	98,5	103,4	
	v. h. (%)	-3,4	-11,8	-5,4	2,3	1,5	-4,7	-1,4	
Reformados	milhares	375,7	374,3	377,4	387,5	373,0	378,7	372,0	
	v. h. (%)	0,7	-1,5	4,4	3,8	0,9	1,8	2,4	
Outros	milhares	445,8	447,3	444,1	446,1	442,3	445,8	441,7	
	v. h. (%)	0,8	2,4	0,7	-0,2	-4,1	0,9	-3,3	

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no quarto trimestre de 2016, foi de 54,0%, valor superior ao do trimestre homólogo (53,6%) e consideravelmente superior à média nacional (52,4%).

¹⁰ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

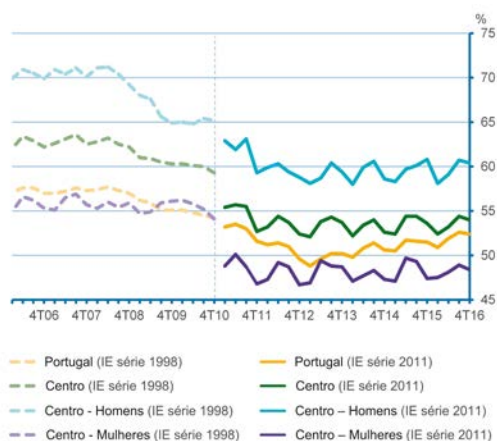
¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.060,4 mil indivíduos, valor ligeiramente acima do registado no mesmo período do ano anterior. Para esta evolução positiva contribuiu de forma mais expressiva o aumento do emprego feminino em 2,1%, dos empregados dos 15 aos 24 anos com um acréscimo de 6,1% e do emprego no setor secundário, igualmente com um crescimento de 6,1%. De destacar a contração homóloga de 5,1% no emprego do setor primário.

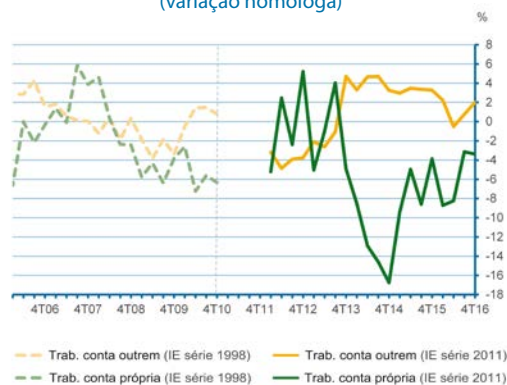
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 2,0% em termos homólogos. Este crescimento foi induzido pelos contratados sem termo, pelo trabalho a tempo completo e a tempo parcial e pelos trabalhadores com o ensino secundário, pós-secundário e superior como habilitações, uma vez que todas estas categorias registaram aumentos homólogos.

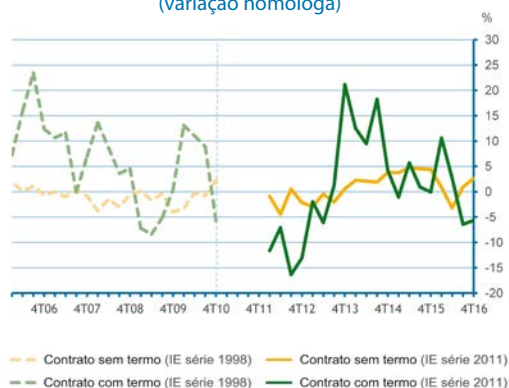
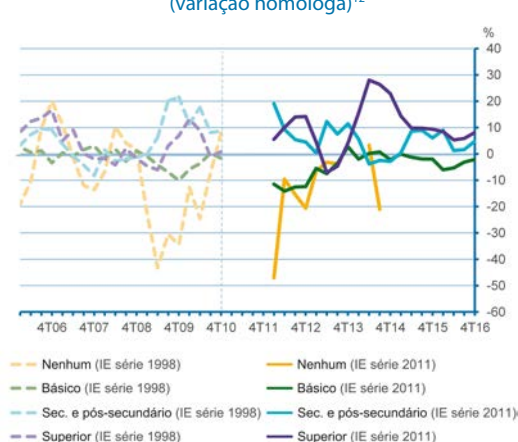
Já os trabalhadores por conta própria registaram uma contração de 3,4% face a igual período do ano anterior, evolução que foi impelida pelos trabalhadores isolados (-5,8%) e contrariada pelos empregadores (que aumentaram 5,1% em termos homólogos).

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹²

Quadro 3 – Emprego		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	52,4	52,6	51,9	50,9	51,5	52,0	51,3
Centro	%	54,0	54,4	53,2	52,4	53,6	53,5	53,7
	v. h. (p.p.)	0,4	0,0	-1,2	0,0	1,0	-0,2	0,7
População empregada – Centro	milhares	1.060,4	1.068,3	1.045,4	1.029,8	1.051,8	1.051,0	1.054,3
	v. h. (%)	0,8	0,1	-2,2	0,0	1,7	-0,3	0,8
Homens	v. h. (%)	-0,3	1,1	-1,0	-0,4	3,3	-0,1	0,3
Mulheres	v. h. (%)	2,1	-1,0	-3,4	0,5	-0,1	-0,5	1,4
15 - 24 anos	v. h. (%)	6,1	-4,2	-2,3	9,5	-7,8	1,9	-1,1
25 - 44 anos	v. h. (%)	0,7	1,5	-2,0	1,8	2,2	0,5	1,0
45 anos ou mais	v. h. (%)	0,4	-0,7	-2,3	-2,5	2,2	-1,3	0,8
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-5,1	-11,9	-12,2	-11,8	-3,1	-10,3	-8,9
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	6,1	2,7	-0,3	-2,4	3,4	1,5	3,9
Serviços	v. h. (%)	-0,4	1,6	-0,7	3,7	1,9	1,0	1,8
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	829,5	820,5	798,8	796,6	813,2	811,4	802,4
	v. h. (%)	2,0	0,7	-0,5	2,2	3,3	1,1	3,3
Contratos sem termo	v. h. (%)	2,6	0,9	-3,2	0,9	4,4	0,3	4,4
Contratos com termo	v. h. (%)	-5,7	-6,4	2,6	10,6	-0,1	0,1	1,3
Tempo completo	v. h. (%)	0,8	0,4	-0,2	3,0	4,5	1,0	4,0
Tempo parcial	v. h. (%)	18,2	5,9	-4,0	-7,6	-11,3	3,0	-5,7
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	§	23,1	-20,7
Básico	v. h. (%)	-2,1	-3,1	-5,4	-6,0	-2,0	-4,1	-1,4
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	4,8	1,6	1,3	9,0	6,1	4,1	5,9
Superior	v. h. (%)	8,1	5,8	5,3	8,5	9,4	6,9	10,7
Trabalhadores por conta própria	milhares	225,5	237,8	237,3	221,9	233,4	230,7	245,1
	v. h. (%)	-3,4	-3,1	-8,2	-8,7	-3,9	-5,9	-6,8
Isolados	v. h. (%)	-5,8	-8,4	-8,3	-8,4	-5,5	-7,7	-8,2
Empregadores	v. h. (%)	5,1	15,9	-8,0	-9,8	2,4	0,5	-1,3

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

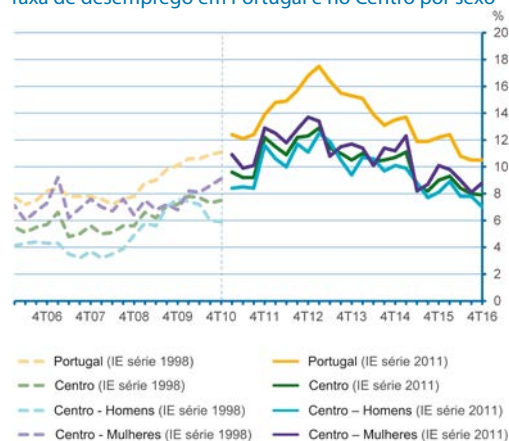
A taxa de desemprego¹³ regional foi de 7,9%, no quarto trimestre de 2016, tendo diminuído 1,1 pontos percentuais face ao trimestre homólogo e 0,1 pontos percentuais relativamente ao trimestre anterior. Este valor manteve-se inferior à média nacional, que foi de 10,5%, e voltou a ser o mais baixo das sete regiões portuguesas. O escalão etário dos 15 aos 24 anos e as mulheres continuaram a ser os mais afetados pelo desemprego, com a taxa de desemprego jovem a atingir os 26,9% e taxa de desemprego feminina 8,8%.

¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

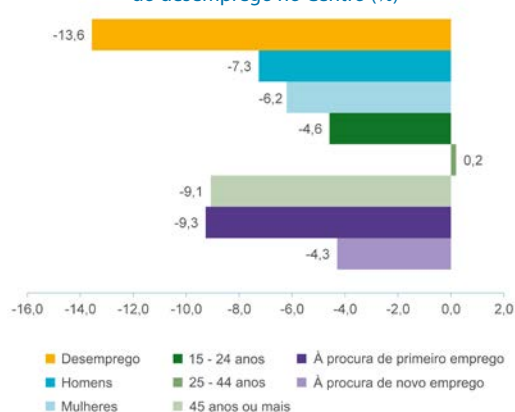
¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 90,5 mil indivíduos, menos 13,6% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, à exceção dos desempregados dos 25 aos 44 anos que conheceram um aumento de 0,5%, todas as restantes categorias registaram quebras homólogas neste trimestre, sendo de destacar a diminuição dos desempregados à procura do primeiro emprego (-48,3%) e dos desempregados com 45 e mais anos (-25,0%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	10,5	10,5	10,8	12,4	12,2	11,1	12,4	
Centro	%	7,9	8,0	8,4	9,3	9,0	8,4	9,2	
	v. h. (p.p.)	-1,1	-0,2	-0,1	-1,8	-1,7	-0,8	-1,4	
Homens	%	7,0	7,8	7,8	8,9	8,1	7,8	8,7	
Mulheres	%	8,8	8,1	9,0	9,8	10,1	8,9	9,8	
15 - 24 anos	%	26,9	27,4	25,1	27,8	32,5	26,8	28,8	
25 - 44 anos	%	8,0	7,4	8,3	8,9	8,0	8,2	9,2	
45 anos ou mais	%	5,1	5,7	6,4	7,0	6,8	6,1	6,6	
População desempregada – Centro									
	milhares	90,5	92,4	95,5	105,6	104,7	96,0	107,0	
	v. h. (%)	-13,6	-3,3	-4,0	-17,7	-15,2	-10,3	-14,1	
Homens	v. h. (%)	-15,4	2,2	-13,8	-12,3	-18,9	-10,2	-17,0	
Mulheres	v. h. (%)	-11,7	-8,3	7,3	-22,3	-11,8	-10,3	-11,1	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-19,0	-6,1	-0,6	-0,5	27,9	-7,4	1,4	
25 - 44 anos	v. h. (%)	0,5	-5,1	-5,9	-29,2	-34,5	-12,4	-24,8	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-25,0	0,9	-3,3	-8,3	-6,4	-9,5	-4,7	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-48,3	-26,2	-14,6	-6,9	29,7	-26,2	-0,6	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-5,3	2,4	-2,2	-19,1	-21,7	-7,3	-16,2	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-7,9	-13,3	0,3	-8,2	-12,8	-7,5	-13,0	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-17,1	3,6	-6,7	-23,3	-16,8	-12,1	-14,7	

¹⁴ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 798 euros, mantendo-se inalterado face ao trimestre anterior, mas correspondendo a um aumento homólogo real de 0,6%. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que foi de 846 euros, tendo o seu crescimento homólogo real ficado, pela primeira vez desde o final de 2015, abaixo do nacional (0,7%).

O índice de custo do trabalho¹⁴ diminuiu em termos homólogos reais na região (-0,2%) e no país (-1,5%), retomando, em termos regionais, o comportamento registado no primeiro trimestre de 2016. Para esta variação contribuiu uma contração homóloga tanto dos custos salariais suportados pela entidade empregadora, como dos outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	846	840	838	833	834	839	828	
	v. h. real (%)	0,7	0,7	1,1	0,5	1,4	0,7	1,4	
Centro	€	798	798	803	796	787	799	775	
	v. h. real (%)	0,6	2,6	2,7	4,0	2,7	2,5	2,0	
Índice de Custo do Trabalho*									
Portugal	v. h. real (%)	-1,5	-0,7	1,0	-1,6	1,7	-0,7	2,3	
Centro	v. h. real (%)	-0,2	0,2	1,8	-1,0	3,2	0,2	3,8	

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTRADO

No quarto trimestre de 2016, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir, tal como os novos desempregados. Também as colocações realizadas pelo IEFP diminuíram face a igual período do ano anterior.

-14,6%

desempregados registados nos centros regionais de emprego do que no trimestre homólogo e

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam a 82,2 mil, menos 14,6% face a igual período do ano anterior e o valor mais baixo desde 2009.

-55

novos desempregados na região do que em igual período do ano anterior

Para este desempenho contribuiu a diminuição homóloga nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-13,4%), registando-se, em média, por dia, neste trimestre, 355 novos desempregados, menos 55 do que em igual período do ano anterior.

As colocações efetuadas pelo IEFP também registaram, neste trimestre, uma variação homóloga negativa de -28,7%, dando continuidade à tendência iniciada no primeiro trimestre de 2016. Em termos médios, ocorreram cerca de 70 colocações por dia, menos 28 colocações diárias do que em igual trimestre do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015	
								média trimestral	
Dados do IEFP – Centro									
Desemprego registado*	milhares	82,2	86,1	94,4	101,8	96,3	91,1	98,7	
	v. h. (%)	-14,6	-8,2	-3,6	-4,6	-9,6	-7,6	-13,7	
Novos desempregados**	milhares	31,9	34,3	30,2	33,2	36,9	32,4	35,5	
	v. h. (%)	-13,4	-9,9	-3,7	-6,5	-1,4	-8,6	-0,2	
Colocações do IEFP**	milhares	6,3	9,2	10,5	10,1	8,9	9,0	10,3	
	v. h. (%)	-28,7	-19,1	-1,0	-0,7	0,9	-11,9	12,4	

* valores médios trimestrais

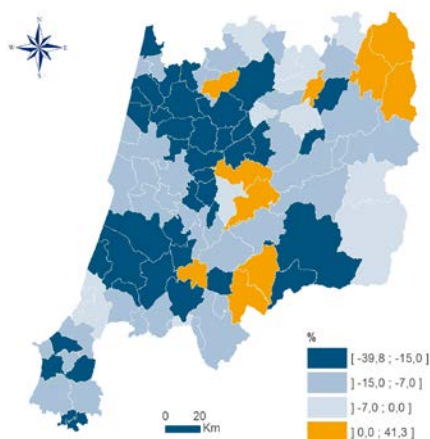
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em apenas 10 ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se pelos elevados crescimentos homólogos Figueira de Castelo Rodrigo (41,3%) e Almeida (27,3%). Na maioria dos municípios (90), o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas expressivas reduções homólogas, Vila de Rei (-39,8%), Manteigas (-38,0%), Oliveira do Hospital (-30,5%), Miranda do Corvo (-29,3%), Águeda (-27,8%), Albergaria-a-Velha (-27,6%) e Pombal (-25,0%).

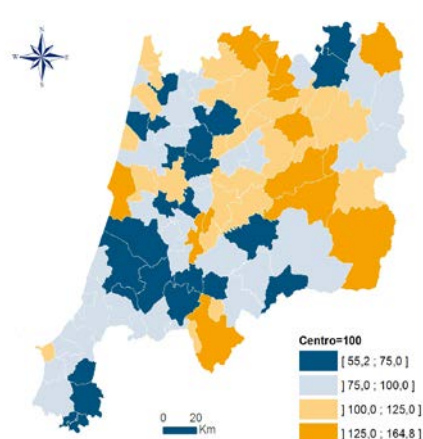
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2015.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 60 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ourém (55,2), Vila de Rei (57,7), Arruda dos Vinhos (62,1) e Vila Velha de Ródão (62,3). Dos 40 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com índices acima de 150, os municípios de Castanheira de Pera (164,8), Idanha-a-Nova (157,4) Figueiró dos Vinhos (156,3) e Vila Nova de Paiva (151,4).

Variação homóloga do desemprego registado no quarto trimestre de 2016



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no quarto trimestre de 2016¹⁵



EMPRESAS

-5,3%

foi a variação homóloga das empresas constituídas na região e

-2,6%

a variação das ações de insolvência na região

No quarto trimestre de 2016, na Região Centro, assistiu-se, face a igual período do ano anterior, à diminuição das empresas constituídas, dos empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro e das ações de insolvência. O crédito vencido continuou a apresentar níveis bastante elevados.

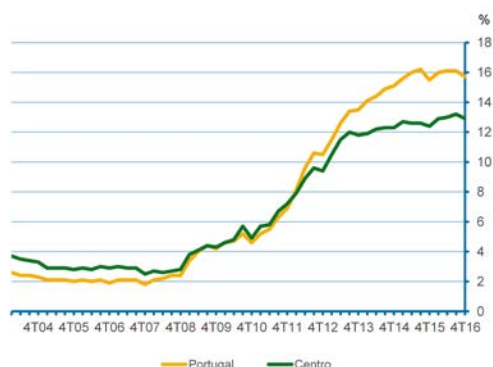
Neste trimestre, foram constituídas 1.274 empresas na Região Centro, correspondendo a uma diminuição homóloga de 5,3%, que contraria o aumento da média nacional em 2,1% mas evidencia uma tendência menos negativa face aos trimestres anteriores. Em termos médios, foram criadas 14 novas empresas por dia na região, menos uma do que em igual período do ano anterior; no país eram criadas 95 novas empresas por dia (mais duas do que no trimestre homólogo).

As ações de insolvência¹⁶ na região registaram uma quebra homóloga de 2,6%, acompanhando a evolução nacional (-2,7%), o que resultou em 369 ações neste trimestre. Em média, por dia, em Portugal ocorreram 21 ações de insolvência, das quais quatro eram de empresas com sede na Região Centro (valores iguais aos do mesmo período do ano anterior).

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de quebra registada nos últimos anos, verificando-se até a sua intensificação desde o terceiro trimestre de 2015. Assim, a evolução homóloga real na região foi de -4,2%, enquanto a média nacional se fixou nos -6,1%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, aumentou em termos homólogos mas diminuiu face ao trimestre anterior. Deste modo, no quarto trimestre de 2016, este indicador fixou-se nos 12,9% na região, afastando-se do máximo histórico atingido no trimestre anterior (de 13,2%), e nos 15,7% no país.

¹⁶ A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido

Quadro 7 – Empresas		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	8.530	7.987	9.354	10.954	8.353	9.206	9.373	
	v. h. (%)	2,1	-0,5	-0,9	-6,2	-4,0	-1,8	6,9	
Centro	número	1.274	1.288	1.468	1.918	1.345	1.436	1.639	
	v. h. (%)	-5,3	-10,0	-10,8	-10,1	-5,0	-9,3	10,7	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	77.983	79.854	80.986	81.990	82.389	80.203	84.623	
	v. h. real (%)	-6,1	-6,0	-6,0	-5,2	-4,8	-5,8	-4,4	
Centro	milhões €	14.157	14.502	14.681	14.704	14.661	14.511	14.913	
	v. h. real (%)	-4,2	-3,6	-2,8	-2,5	-1,9	-3,3	-1,4	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	15,7	16,1	16,1	16,0	15,5	16,0	15,8	
Centro	%	12,9	13,2	13,0	12,9	12,4	13,0	12,6	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.860	1.488	2.216	2.215	1.911	1.945	1.943	
	v. h. (%)	-2,7	-3,9	3,4	2,2	6,6	0,1	7,7	
Centro	número	369	298	410	449	379	382	390	
	v. h. (%)	-2,6	-11,3	-4,2	7,7	14,8	-2,2	11,0	

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No quarto trimestre de 2016, na Região Centro, registou-se um abrandamento no crescimento homólogo real das saídas e das entradas de bens. As transações regionais com o mercado intracomunitário cresceram em termos homólogos reais, bem como as saídas extracomunitárias de bens. Já as entradas de bens do mercado extracomunitário sofreram uma contração.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁷ de 2,9%, abaixo da média nacional de 5,3%, traduzindo um abrandamento face ao crescimento dos trimestres anteriores. Este abrandamento é explicado pelo mercado intracomunitário que, tendo crescido 3,0% na comparação homóloga real, evidenciou também uma desaceleração. As saídas de bens para países fora da União Europeia registaram finalmente um aumento homólogo real, que se cifrou nos 2,7%, invertendo a tendência de quebra no comércio extracomunitário iniciada no terceiro trimestre de 2015.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em sete, com destaque para as secções “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (12,3%), “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (9,2%) e “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (7,9%), que representavam, no seu conjunto, 26% das saídas de bens da região no trimestre. A quebra homóloga real mais significativa ocorreu na secção “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (-9,0%).

2,9%

foi o crescimento homólogo real das saídas de bens da região e

5,1%

o das entradas de bens na região

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

À semelhança das saídas, também as entradas de bens na Região Centro sofreram um abrandamento, tendo registado um crescimento homólogo real de 5,1%, inferior à média nacional de 6,2%. Apenas o mercado intracomunitário contribuiu para esta evolução, apresentando um crescimento homólogo real de 6,8%. O mercado extracomunitário conheceu, neste trimestre, uma contração de 3,4%, que veio interromper 12 trimestres consecutivos de aumentos.

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, verificaram-se variações homólogas reais positivas em sete das 12 secções consideradas, com destaque para os grupos “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (16,5%) e “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (9,6%), responsáveis, no seu conjunto, por 25% das entradas de bens na região no trimestre. A maior quebra ocorreu na secção “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-12,2%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015	
		média trimestral							
Saídas de bens									
Portugal	milhões €	13.105,2	12.396,2	12.837,5	11.950,6	12.493,5	12.572,4	12.456,4	
	v. h. real (%)	5,3	6,1	3,6	2,1	2,3	4,3	5,9	
Intracomunitárias	milhões €	9.463,9	9.297,3	9.799,7	9.269,4	9.133,8	9.457,6	9.064,3	
	v. h. real (%)	4,0	10,4	9,1	7,9	8,1	7,8	8,8	
Extracomunitárias	milhões €	3.641,3	3.098,9	3.037,8	2.681,2	3.359,7	3.114,8	3.392,0	
	v. h. real (%)	8,8	-4,9	-10,8	-14,0	-10,7	-5,1	-1,0	
Centro	milhões €	2.500,2	2.332,0	2.517,9	2.431,3	2.438,4	2.445,4	2.412,0	
	v. h. real (%)	2,9	5,2	5,6	5,2	4,6	4,7	6,5	
Intracomunitárias	milhões €	1.917,7	1.851,4	2.042,7	1.969,4	1.869,4	1.945,3	1.874,7	
	v. h. real (%)	3,0	8,2	9,5	8,3	8,1	7,2	9,0	
Extracomunitárias	milhões €	582,5	480,7	475,2	461,9	569,0	500,1	537,3	
	v. h. real (%)	2,7	-4,8	-8,2	-6,0	-5,4	-3,8	-1,2	
Entradas de bens									
Portugal	milhões €	16.151,2	15.088,5	15.425,7	14.389,7	15.186,4	15.263,8	15.077,6	
	v. h. real (%)	6,2	4,8	2,9	6,7	5,7	5,2	7,7	
Intracomunitárias	milhões €	12.567,5	11.584,8	12.044,7	11.252,6	11.808,4	11.862,4	11.537,9	
	v. h. real (%)	6,3	6,5	7,2	7,1	8,0	6,8	10,2	
Extracomunitárias	milhões €	3.583,8	3.503,7	3.380,9	3.137,1	3.378,0	3.401,4	3.539,6	
	v. h. real (%)	6,0	-0,1	-9,9	5,2	-1,5	-0,2	0,2	
Centro	milhões €	2.040,2	1.948,5	2.093,7	1.959,3	1.938,5	2.010,4	1.938,8	
	v. h. real (%)	5,1	8,2	8,0	9,7	10,8	7,7	10,6	
Intracomunitárias	milhões €	1.723,5	1.608,7	1.743,8	1.588,0	1.611,2	1.666,0	1.614,6	
	v. h. real (%)	6,8	8,2	7,4	6,4	7,0	7,2	9,0	
Extracomunitárias	milhões €	316,7	339,8	349,9	371,3	327,3	344,4	324,2	
	v. h. real (%)	-3,4	8,3	11,4	26,6	33,9	10,4	19,2	

*Os valores de 2014 são definitivos, os de 2015 provisórios e os de 2016 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

TURISMO

10,5%

foi o crescimento homólogo dos hóspedes e das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da região

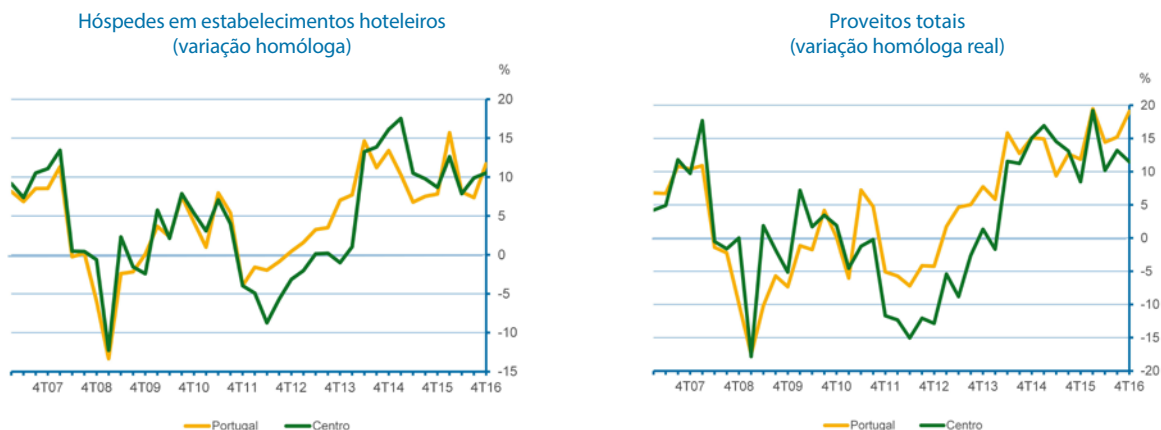
A Região Centro conseguiu captar, no quarto trimestre de 2016, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos face a igual período do ano anterior.

11,5%

foi o crescimento homólogo real dos seus proveitos

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros da região acolheram mais 10,5% de hóspedes e de dormidas do que em igual período do ano anterior, embora este aumento tenha sido menos expressivo do que o da média nacional (11,7% nos hóspedes e 12,9% nas dormidas). A estada média cifrou-se em 1,6 noites na Região Centro e 2,6 noites em termos nacionais, mantendo-se inalterada face ao período homólogo.

Os estabelecimentos hoteleiros da região também geraram mais proveitos, tendo ocorrido um aumento homólogo real de 11,5%, valor abaixo da média nacional de 19,1%. Para esta evolução regional foi determinante o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (em 11,6%), que representavam, neste trimestre, cerca de 65% dos proveitos totais.



Quadro 9 – Turismo*		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015	
								média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	4.021	6.516	5.301	3.221	3.600	4.765	4.340	
	v. h. (%)	11,7	7,4	8,1	15,7	7,8	9,8	7,8	
Centro	milhares	610	995	751	480	552	709	645	
	v. h. (%)	10,5	9,9	7,9	12,6	8,7	9,9	10,9	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	10.425	20.058	14.674	8.369	9.230	13.382	12.213	
	v. h. (%)	12,9	6,2	8,2	16,6	6,6	9,6	5,9	
Centro	milhares	997	1.909	1.259	779	902	1.236	1.126	
	v. h. (%)	10,5	9,7	7,2	13,4	6,4	9,7	8,7	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,6	3,1	2,8	2,6	2,6	2,8	2,8	
Centro	n.º noites	1,6	1,9	1,7	1,6	1,6	1,7	1,7	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	561.874	1.173.359	769.958	395.500	468.156	725.173	619.746	
	v. h. real (%)	19,1	15,2	14,4	19,5	11,9	16,3	12,0	
Centro	milhares €	47.677	88.898	56.641	35.300	42.436	57.129	50.271	
	v. h. real (%)	11,5	13,2	10,2	19,2	8,5	13,0	13,1	

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2016 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

O quarto trimestre de 2016 continua a apontar para uma tendência de recuperação no setor da construção, evidenciada pelos significativos aumentos homólogos nos indicadores regionais do licenciamento e pela sua aceleração face aos trimestres anteriores. Enquanto o crédito à habitação concedido se manteve em queda, o crédito à habitação vencido infletiu a tendência dos últimos seis anos, tendo finalmente diminuído neste trimestre.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.311 edifícios, representando um aumento de 11,6% face ao trimestre homólogo e uma aceleração face aos dois trimestres anteriores, consolidando assim a tendência iniciada no segundo trimestre de 2016, que interrompeu cerca de oito anos de quebras sucessivas. Os restantes indicadores do licenciamento também apresentaram uma dinâmica regional expansiva, com aumentos homólogos e trimestrais. Assim, na comparação homóloga, o licenciamento de construções novas na região cresceu 13,6% e o licenciamento de novos fogos para habitação familiar 37,7%. O setor da construção, que foi um dos mais afetados pela crise, parece estar a dar sinais mais consolidados de retoma a avaliar pela dinâmica do licenciamento.

37,7%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região

-0,4%

foi a evolução homóloga real regional do crédito à habitação vencido

Os edifícios concluídos diminuíram 5,4%, na região, face a igual período do ano anterior, contrariando a evolução do trimestre anterior (que sendo positiva tinha interrompido as quebras consecutivas que se registavam desde o segundo trimestre de 2007) e o comportamento nacional (que, neste trimestre e pela primeira vez desde 2007, foi positivo). Também as conclusões de construções novas registaram este padrão, tendo sido observada uma diminuição homóloga de 0,5%. Já os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar registaram um forte acréscimo homólogo (59,2%).

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação continuaram a cair no quarto trimestre de 2016, tendo sido observada uma variação homóloga real de -3,4% na região e de -3,7% no país. Já o crédito à habitação vencido finalmente contrariou a tendência de aumentos sucessivos que se registavam desde há seis anos. Assim, os empréstimos para habitação em incumprimento, neste trimestre, diminuíram 0,4% na região e 2,1% no país. Apesar desta evolução favorável, o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido manteve-se nos mesmos valores máximos registados desde o início da série em 2009: 2,8% na região e 3,1% no país.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 3,6% em termos homólogos reais, em alinhamento com a média nacional, sendo cada metro quadrado destinado a habitação avaliado pelas entidades bancárias em 892 euros (mais 38 euros por metro quadrado do que no trimestre homólogo). O valor médio da avaliação bancária subiu em todas as sub-regiões da Região Centro em termos homólogos reais, destacando-se a Região de Leiria (7,8%) e Viseu Dão-Lafões (6,9%) com as variações mais acentuadas.

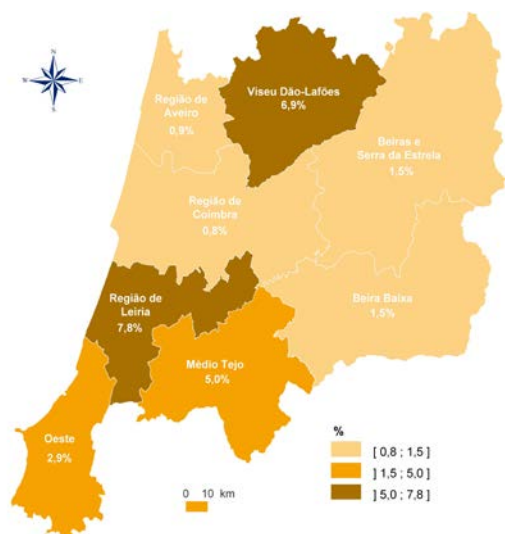
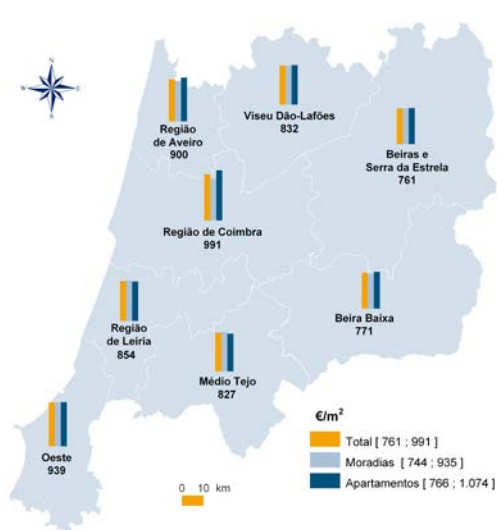
Ambas as tipologias de habitação contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um aumento de 3,9% em termos homólogos reais no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 3,2% nas moradias. A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (991€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.074€/m²). O Oeste apresentava a valorização mais elevada nas moradias (935€/m²), enquanto a menos elevada ocorria na Beira Baixa (744€/m²). A sub-região Beiras e Serra da Estrela era a menos valorizada em termos médios globais (761€/m²) e relativamente aos apartamentos (766€/m²).

Quadro 10 – Construção e Habitação		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015
							média trimestral	
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	4.243	4.155	4.302	3.815	3.747	4.129	3.737
	v. h. (%)	13,2	17,8	15,7	-3,5	-1,1	10,5	-3,3
Centro	número	1.311	1.189	1.258	1.128	1.175	1.222	1.160
	v. h. (%)	11,6	6,4	8,6	-5,1	-5,5	5,3	-11,9
Construções novas	número	844	776	796	748	743	791	754
	v. h. (%)	13,6	6,0	4,1	-3,4	-5,9	5,0	-2,9
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	37,7	19,3	27,4	11,2	21,0	24,6	11,5
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	2.652	2.652	2.456	2.491	2.610	2.563	2.743
	v. h. (%)	1,6	-2,6	-10,7	-13,8	-18,4	-6,6	-19,2
Centro	número	825	887	798	793	872	826	919
	v. h. (%)	-5,4	1,6	-14,8	-20,1	-21,4	-10,1	-21,7
Construções novas	número	570	598	530	536	573	559	599
	v. h. (%)	-0,5	4,2	-11,7	-17,4	-18,1	-6,8	-21,9
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	59,2	33,7	3,6	6,6	-23,0	23,4	-31,9
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-3,7	-3,2	-3,1	-3,2	-3,6	-3,3	-3,8
Centro	v. h. real (%)	-3,4	-3,0	-2,9	-3,1	-3,4	-3,1	-3,7
Crédito à habitação vencido***								
Portugal	v. h. real (%)	-2,1	3,8	5,0	2,9	3,9	2,4	3,4
Centro	v. h. real (%)	-0,4	5,0	6,2	5,8	7,2	4,1	4,0
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.090,7	1.072,3	1.059,7	1.048,0	1.044,7	1.067,7	1.029,3
	v. h. real (%)	3,6	2,6	3,0	3,1	3,0	3,1	1,6
Centro	€/m ²	892,0	879,0	876,7	854,0	854,3	875,4	850,9
	v. h. real (%)	3,6	2,7	2,4	0,4	0,1	2,3	0,7

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** Os valores de 2016 são dados provisórios estimados.

*** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Taxa de variação homóloga real da avaliação
bancária da habitação no quarto trimestre de 2016Avaliação bancária da habitação
no quarto trimestre de 2016

PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, mantendo-se a tendência iniciada no segundo trimestre de 2015. Todos os indicadores representativos do consumo privado apresentaram, neste trimestre, evoluções favoráveis.

Os níveis médios de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, face ao trimestre homólogo, um aumento de 0,7%, valor que ficou ligeiramente abaixo da média nacional (de 0,8%) e deu continuidade à tendência de aumento iniciada no segundo trimestre de 2015, após uma série de diminuições homólogas consecutivas que já se registavam desde o quarto trimestre de 2013. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência de crescimento dos preços, destacando-se com os maiores aumentos as “comunicações” (4,4%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (1,9%), os “transportes” (1,9%) e o “lazer, recreação e cultura” (1,5%). Apenas duas classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: a “saúde” (-0,9%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,8%).

0,7%

foi a taxa de inflação
homóloga regional e

11,4%

foi o peso regional do
crédito vencido para
consumo e outros fins no
trimestre

Quadro 11 – Preços		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	0,8	0,7	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	
Centro	v. h. (%)	0,7	0,7	0,4	0,4	0,4	0,5	0,3	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,4	1,4	0,2	-0,5	0,5	0,4	1,2	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,9	1,5	2,1	3,8	3,9	2,3	4,0	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	0,6	3,0	1,3	-0,6	-2,5	1,0	-1,6	
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,5	-0,1	0,2	0,2	-0,7	0,2	-0,5	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,8	-0,3	0,7	1,0	0,2	0,1	0,7	
Saúde	v. h. (%)	-0,9	-1,0	-1,1	-0,3	0,1	-0,8	0,4	
Transportes	v. h. (%)	1,9	-0,9	-1,5	-1,4	-0,6	-0,5	-1,7	
Comunicações	v. h. (%)	4,4	2,2	2,7	4,5	4,8	3,4	4,0	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	1,5	0,4	1,1	1,9	0,6	1,2	-0,7	
Educação	v. h. (%)	1,0	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,7	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,0	1,6	1,2	0,5	1,0	0,8	1,1	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	0,3	1,0	1,0	1,6	2,1	0,9	0,7	

Quanto aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, neste trimestre, na região e no país, a evoluções favoráveis em todos eles.

As importações de bens de consumo cresceram 8,0% em termos homólogos reais, acima da média nacional de 4,8%, mas evidenciando, no entanto, algum abrandamento face aos restantes trimestres de 2016.

As receitas de cinema registaram um aumento homólogo real de 1,0% na Região Centro e de 3,7% em Portugal, contrariando a evolução dos dois trimestres anteriores.

O crédito para consumo, que, no trimestre anterior, tinha finalmente infletido a tendência de quebra registada desde o terceiro trimestre de 2010, acelerou ligeiramente, neste trimestre, registando uma variação homóloga real de 2,3%. O peso do crédito para consumo vencido voltou a diminuir face ao período homólogo e ao período anterior, cifrando-se nos 11,4% no Centro e nos 12,4% no país, começando, de forma sustentada, a distanciar-se dos valores máximos atingidos no passado (13,6% e 14,9%, respetivamente).

Também as evoluções dos indicadores referentes a levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e a compras em terminais de pagamento automático se revelaram positivas.

Quadro 12 – Consumo Privado			4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	2016	2015
			média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo [†]									
Portugal	v. h. real (%)		4,8	8,6	12,2	10,7	9,7	9,0	12,5
Centro	v. h. real (%)		8,0	12,5	14,5	11,4	5,1	11,6	10,5
Receitas de cinema ^{**}									
Portugal	v. h. real (%)		3,7	-0,9	-14,9	21,7	6,6	2,3	19,0
Centro	v. h. real (%)		1,0	-5,2	-20,6	22,2	7,8	-1,1	26,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins ^{***}									
Portugal	v. h. real (%)		1,1	-0,4	-1,4	-2,3	-1,6	-2,9	-5,0
Centro	v. h. real (%)		2,3	0,5	-0,4	-1,3	-0,8	-1,8	-4,7
Crédito vencido para consumo e outros fins ^{***} (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%		12,4	13,8	13,9	13,9	14,0	13,5	14,6
Centro	%		11,4	12,6	12,7	12,8	12,9	12,4	13,2
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)		1,4	1,6	0,9	1,5	0,5	1,4	0,7
Centro	v. h. real (%)		1,4	2,5	0,9	1,6	0,8	1,6	0,8
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)		5,6	0,5	3,7	0,3	3,1	2,5	3,6
Centro	v. h. real (%)		5,9	0,3	3,4	0,9	2,9	2,5	3,2
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)		8,4	8,4	7,3	7,3	3,3	7,9	6,9
Centro	v. h. real (%)		8,5	7,7	6,3	7,2	2,2	7,5	5,3

[†] A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2014 são definitivos, os de 2015 provisórios e os de 2016 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

^{**} Os dados de 2016 das receitas de cinema são provisórios.

^{***} Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No Centro 2020, no final de 2016, estavam aprovados 577 milhões de euros de fundos europeus FEDER e FSE para apoiar investimentos no valor total de 1.087 milhões de euros e envolvendo 2.469 operações. Para além deste volume de aprovações do Programa Operacional Regional, nos quatro Programas Operacionais Temáticos foram aprovados mais de mil milhões de euros de fundos europeus referentes a projetos com investimento na Região Centro.

2.469

operações aprovadas no Centro 2020 e

577

milhões de euros de fundos comunitários aprovados até final de 2016

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do Portugal 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional Centro 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos Programas Operacionais Temáticos.

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Centro 2020

Mais de metade dos fundos programados do Centro 2020 (50,9%) foram já colocados a concurso nos 116 avisos de concurso abertos até final de dezembro de 2016, tendo sido apresentadas 6.306 candidaturas com intenções de investimento no total de 2,7 mil milhões de euros. Foram aprovadas 2.469 operações, que previam, no seu conjunto, um investimento total na região de 1.086,9 milhões de euros e uma comparticipação financeira de 577,0 milhões de euros de fundos comunitários FEDER e FSE. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento de 440 mil euros e um cofinanciamento de 234 mil euros de fundos comunitários.

Quadro 13 - Monitorização do Centro 2020: Concursos, Candidaturas e Aprovações (valores acumulados)

		dezembro 2016	setembro 2016	junho 2016	março 2016	dezembro 2015
Concursos						
Total	número	116	107	93	68	53
Fundo comunitário	milhões €	1096,0	971,9	922,2	530,5	283,0
	% da dotação de fundo	50,9	45,1	42,8	24,6	13,1
Em aberto	número	15	25	21	10	9
Fundo comunitário	milhões €	346,9	456,1	492,5	189,7	39,0
Encerrados	número	101	82	72	58	44
Fundo comunitário	milhões €	749,1	515,8	429,8	340,8	244,0
Candidaturas apresentadas						
Total	número	6.306	5.649	4.975	3.768	3.268
Investimento total previsto	milhões €	2.659,1	2.331,8	1.934,5	1.351,1	996,5
Operações aprovadas						
Total	número	2.469	1.790	1.542	1.229	936
Investimento total	milhões €	1086,9	750,7	543,3	364,5	292,6
Investimento elegível	milhões €	937,6	631,2	444,8	289,3	234,9
Fundo comunitário	milhões €	577,0	380,7	264,0	164,1	138,0

O volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial no domínio da competitividade e internacionalização, dada a situação económica do país e os objetivos estipulados para estimular o investimento produtivo gerador de emprego. De facto, o sistema de incentivos às empresas absorvia 2.201 das operações aprovadas, correspondendo a 89% das operações e a 77% dos fundos comunitários aprovados no Centro 2020. As prioridades de investimento (PI) 3.1, 3.2 e 3.3, que operacionalizam o eixo 2 – Competitividade e internacionalização da economia regional (Competir) do Programa Operacional Regional, assumiam um grande relevo, e as PI 1.2 e 8.5, relacionadas com investigação e desenvolvimento e empregabilidade, respetivamente, menor importância.

Para além do investimento empresarial, destacavam-se os investimentos em regeneração urbana (PI 6.5), na inclusão ativa de grupos vulneráveis (PI 9.1), designadamente na realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção, e em infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (PI 10.5).

De salientar ainda que 54% dos fundos comunitários aprovados no Centro 2020 respeitavam à PI 3.3 destinada à concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços. É, no entanto, de referir que uma parte relevante do valor desta PI (50 milhões de euros) estava afeto a Instrumentos Financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o Centro 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD). A IFD foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Quadro 14 - Aprovações no Centro 2020 por Prioridade de Investimento e Tipologia (31 de dezembro de 2016)

Prioridade de investimento	Tipologia	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
		N.º	Milhares de euros		
PI 1.1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	SAICT - Internacionalização	4	559	558	474
	SAICT - Propriedade industrial	14	334	334	284
PI 1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Sistema de incentivos às empresas - I&DT	155	30.034	28.163	19.722
	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	13	22.686	19.850	9.156
PI 2.3 - Reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	6	3.020	2.080	1.768
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial (...), criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	253	37.448	31.930	23.675
	Sistema de apoio a ações coletivas	30	12.596	10.016	8.514
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	669	212.919	158.159	72.059
	Sistema de apoio a ações coletivas	15	6.297	5.075	4.314
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Instrumentos Financeiros	2	88.571	88.571	50.000
	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	390	447.454	407.259	253.352
	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	443	39.453	18.006	10.125
PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios	Mobilidade Urbana Sustentável	14	1.551	1.442	1.226
PI 6.3 - Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Património natural e cultural	6	7.840	7.244	6.158
PI 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, revitalizar cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas	Reabilitação urbana	73	31.655	29.175	24.799
	Instrumentos Financeiros	2	36.402	36.200	15.639
PI 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	136	3.448	2.928	1.926
	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	140	2.203	1.931	1.350
	Emprego altamente qualificado nas empresas	31	4.910	4.910	2.455
PI 8.9 - Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento de potencial endógeno	Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	1	3.544	3.517	2.989
PI 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e de participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	1	29.576	29.576	25.140
PI 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	7	3.911	3.526	2.997
PI 9.8 - Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	6	1.705	1.480	1.258
	Instrumentos Financeiros	1	948	943	407
PI 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior	Qualidade das ofertas e Igualdade no acesso ao ensino superior	6	4.296	4.296	3.061
PI 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado do trabalho	Ensino profissional para jovens	5	2.576	2.576	2.189
PI 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Infraestruturas de ensino básico e secundário	33	37.574	27.336	23.235
PI 13.1 - Assistência técnica	Assistência técnica	13	13.415	10.528	8.740
TOTAL CENTRO 2020		2.469	1.086.924	937.608	577.011

Fundo Comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por Prioridade de Investimento (31 de dezembro de 2016)



A estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no Centro 2020 corresponde a 81% de FEDER e 19% de FSE. No entanto, até ao final de 2016, a grande pressão era sobre o FEDER (93,7% dos fundos comunitários aprovados), com o FSE ainda muito distante dos montantes programados. Deste modo, embora a grande maioria das aprovações (2.150) tivesse cofinanciamento FEDER, estavam aprovadas 319 operações com comparticipação de FSE (36 milhões de euros), correspondendo a 9% da dotação programada e 6% do incentivo aprovado até à data.

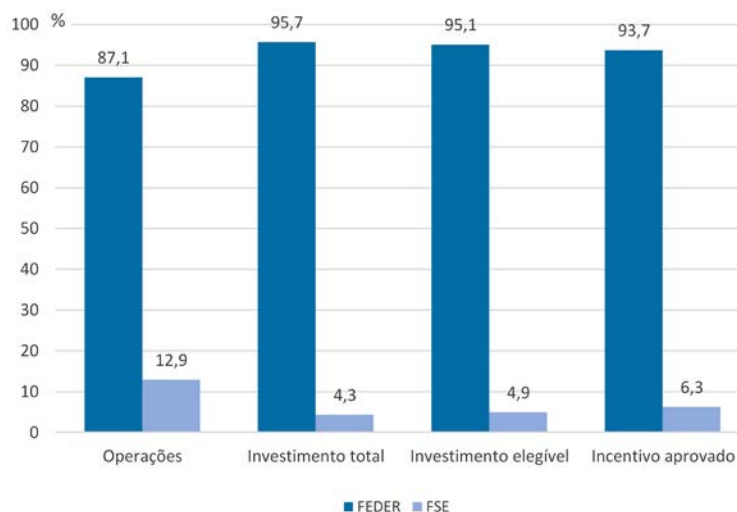
SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica

I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico

QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas

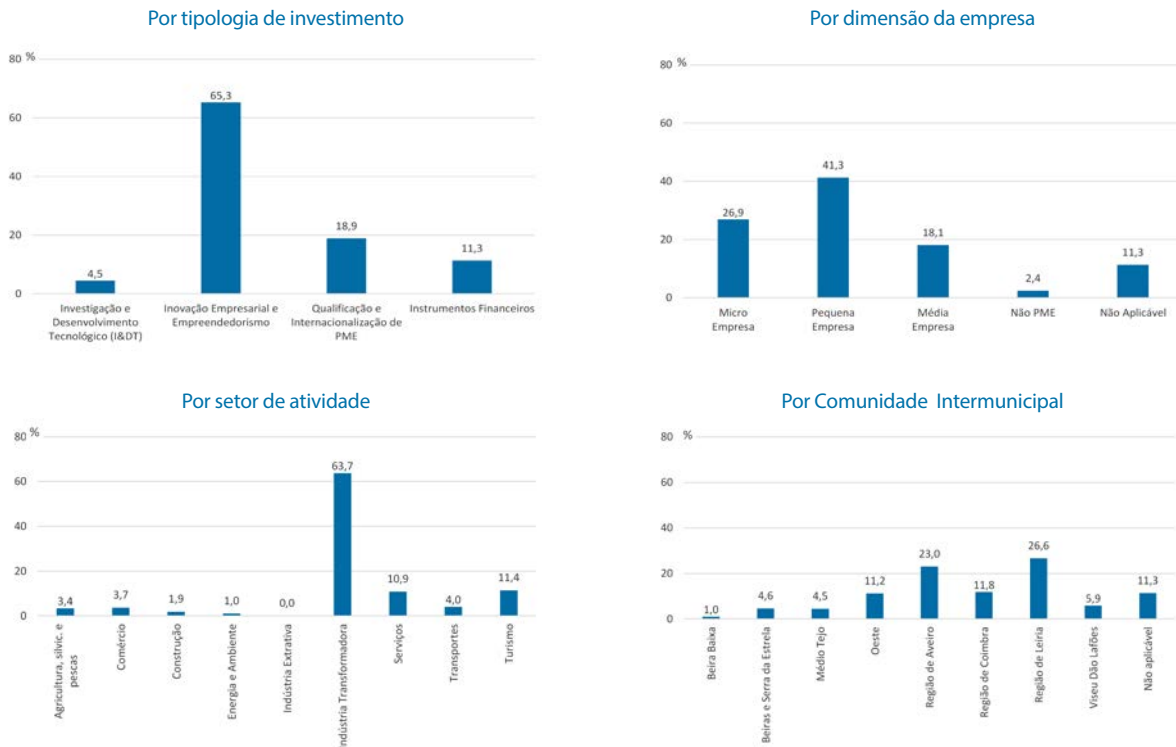
Estas operações apoiadas pelo FSE correspondiam a projetos de incentivo à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundos aprovados), projetos empresariais de formação de empresários e trabalhadores (3,3 milhões de euros), bolsas de ensino superior para a mobilidade e de cursos técnicos superiores profissionais (3,1 milhões de euros), projetos de contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,5 milhões de euros) e de ensino profissional para jovens (2,2 milhões de euros).

Fundo Comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por Tipologia de Fundo (31 de dezembro de 2016)



No que respeita apenas ao sistema de incentivos às empresas no Centro 2020, e como já foi referido, estavam aprovadas 2.201 operações e 441,4 milhões de euros de fundos para apoiar investimentos no valor total de 884,2 milhões de euros e elegível de 756,8 milhões de euros. Deste valor de fundo comunitário, 65,3% referia-se a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo enquanto apenas 4,5% respeitava a projetos de I&DT.

Distribuição do Fundo Comunitário atribuído às operações aprovadas
no âmbito do Sistema de Incentivos do Centro 2020 (31 de dezembro de 2016)



Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas empresas (41,3%) e à indústria transformadora (63,7%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Nesta fase, a gestão do Portugal 2020 está muito focada nos avisos e nas aprovações dos projetos, havendo, no entanto, um esforço para que a execução seja acelerada, nomeadamente com as várias iniciativas do programa Acelerador de Investimento para antecipar e acelerar a execução dos projetos e, consequentemente, do investimento privado e público no país.

Quadro 15 - Monitorização do Centro 2020: Execução e Indicadores Financeiros (valores acumulados)

		dezembro 2016	setembro 2016	junho 2016
Execução financeira				
Despesa validada				
Investimento (custo) elegível	milhares €	103.134	64.732	26.656
Fundos comunitários	milhares €	71.975	46.814	17.561
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	109.433	57.011	30.643
Indicadores financeiros				
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	26,8	17,7	12,3
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	3,3	2,2	0,8
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	12,5	12,3	6,7
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	19,0	15,0	11,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	152,0	121,8	174,5

Deste modo, até final de 2016, estavam validados 72,0 milhões de euros de fundos comunitários, o que corresponde, no entanto, a uma taxa de execução de apenas 3,3%. O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 109 milhões de euros, sendo superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 19,0% e numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) bastante superior a 100% (152,0%).

Portugal 2020 no Centro

No final de 2016, estavam aprovados mais de mil milhões de euros de fundos comunitários, no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro: PO CI, PO CH, PO ISE e PO SEUR.

Para além do Centro 2020, os promotores da Região Centro podem também candidatar os seus projetos ao programa operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020, no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas. Assim, até ao final de 2016, estavam aprovados no Compete 2020, 694 operações de empresas com investimento na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 722,9 milhões de euros e um investimento elegível previsto de 1.440 milhões de euros. Em média, cada projeto aprovado neste programa operacional envolvia um investimento na região de 2,3 milhões de euros e um cofinanciamento de um milhão de euros de fundos europeus.

PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

PO CH – Programa Operacional Capital Humano

PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

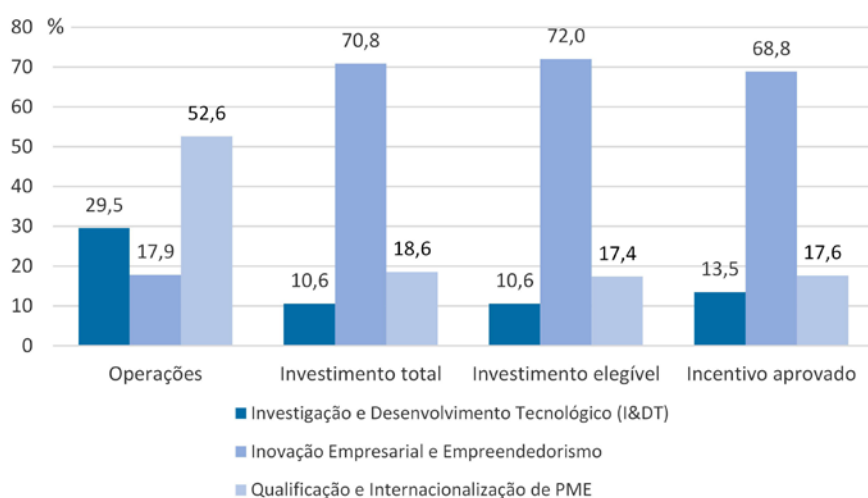
Quadro 16 - Aprovações no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) por Prioridade de investimento e Tipologia, na Região Centro (31 de dezembro de 2016)*

Prioridade de investimento	Tipologia	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
		N.º	Milhares de euros		
PI 1.2 - A promoção do investimento das empresas em investigação e inovação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Sistema de incentivos às empresas - I&DT	205	167.256	153.081	97.768
	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	30	519.681	491.403	159.157
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas e ações coletivas	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	0	0	0	0
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	234	241.731	209.098	106.452
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Sistema de incentivos às empresas - Inovação	94	594.738	545.065	338.452
	Sistema de incentivos às empresas - QI PME	131	50.171	41.050	21.064
TOTAL PO CI no Centro*		694	1.573.578	1.439.697	722.894

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Em termos de número de candidaturas aprovadas, a maioria dos projetos (52,6%) respeitavam a operações de qualificação e internacionalização de pequenas e médias empresas. No entanto, a grande maioria dos fundos aprovados (68,8%) destinavam-se a projetos de inovação nas empresas, uma vez que esta tipologia de projetos envolve valores médios de investimento e, conseqüentemente, de fundo comunitário muito elevados. De facto, enquanto a média de investimento elegível aprovado nos projetos de qualificação e internacionalização rondou os 747 mil euros, nos projetos de inovação cifrou-se nos 8,4 milhões de euros, envolvendo, em média, quatro milhões de euros de cofinanciamento por projeto.

Incentivos às empresas no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020 na Região Centro (31 de dezembro de 2016)



A competitividade está muito associada ao capital humano disponível. Assim, o investimento que é feito nesta área é da maior importância estratégica para o país e para as regiões, pois o seu retorno permite corrigir desequilíbrios estruturais que ainda persistem ao nível das desigualdades sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, a produtividade dos recursos humanos e a própria especialização da economia.

Apenas existe informação disponível de PO CH regionalizada até 31 de dezembro de 2015. Assim, até esta data, estavam aprovados 190 milhões de euros de FSE, destinados ao cofinanciamento de 45 milhões de horas de formação e envolvendo cerca de 48 mil participantes em ações. Em média, por participante, cada operação aprovada neste Programa Operacional envolvia um custo elegível de cerca de 5 mil euros e um cofinanciamento de FSE de 4 mil euros.

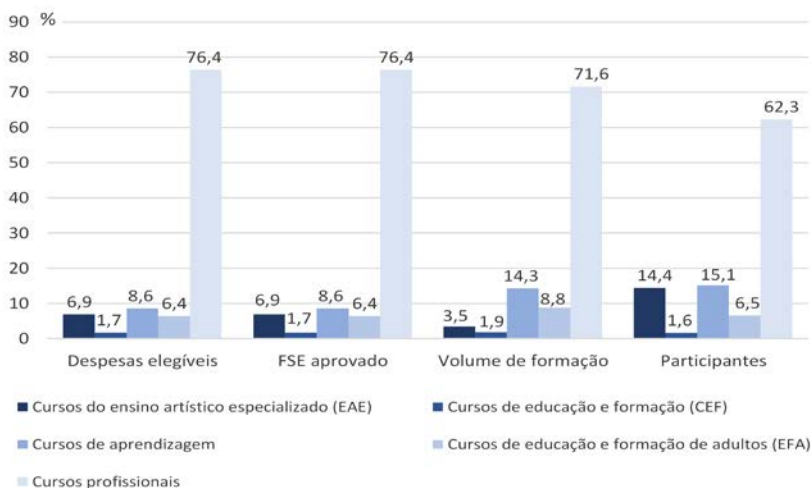
Cerca de três quartos do valor aprovado destinava-se a cofinanciar cursos profissionais que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho (já no QREN tinham sido os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo comunitário). De entre as restantes ações, a que envolveu maior valor de FSE, maior volume de formação e de participantes foi a que respeita aos cursos de aprendizagem ao longo da vida, visando a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores.

Quadro 17 - Aprovações no Programa Operacional Capital Humano (PO CH) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro (31 de dezembro de 2015)*

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado	Volume de formação	Participantes
		Milhares de euros		Horas	N.º
PI 10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação	Cursos do ensino artístico especializado (EAE)	15.428	13.090	1.542.942	6.881
	Cursos de educação e formação (CEF)	3.833	3.258	833.849	771
PI 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	Cursos de aprendizagem	19.258	16.370	6.383.664	7.226
	Cursos de educação e formação de adultos (EFA)	14.373	12.217	3.925.006	3.124
PI 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Cursos profissionais	171.054	145.310	31.998.936	29.725
TOTAL PO CH no Centro*		223.947	190.244	44.684.397	47.727

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH) na Região Centro (31 de dezembro de 2015)



Como é referido no documento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), este surge no contexto de crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar nos últimos anos e que coloca “desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios do combate à pobreza, da promoção da inclusão social e do emprego, não só no curto mas também no médio prazo. Neste âmbito, tem vindo a assistir-se a um aumento da exposição dos agregados familiares a situações de risco de pobreza e/ou exclusão social, decorrente, em primeira instância, de uma menor participação no mercado de trabalho, resultante do aumento do desemprego e da sua duração. De facto, o acréscimo do desemprego, tanto na sua componente conjuntural como estrutural, conjugado com os baixos níveis de

educação e qualificação certificada da população, tem conduzido a uma maior fragilização de vários segmentos sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, da sociedade portuguesa. Portugal continua, assim, a apresentar elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social¹.

No PO ISE, até 31 de dezembro de 2016, estavam já aprovadas 244,6 milhões de euros de despesas elegíveis e 212,4 milhões de euros de FSE.

Uma parte relevante do fundo aprovado (27,9%) respeitava aos projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), no âmbito de estágios, estágios profissionais em empresas e na administração local, de apoios à contratação e de inserção na vida ativa, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude.

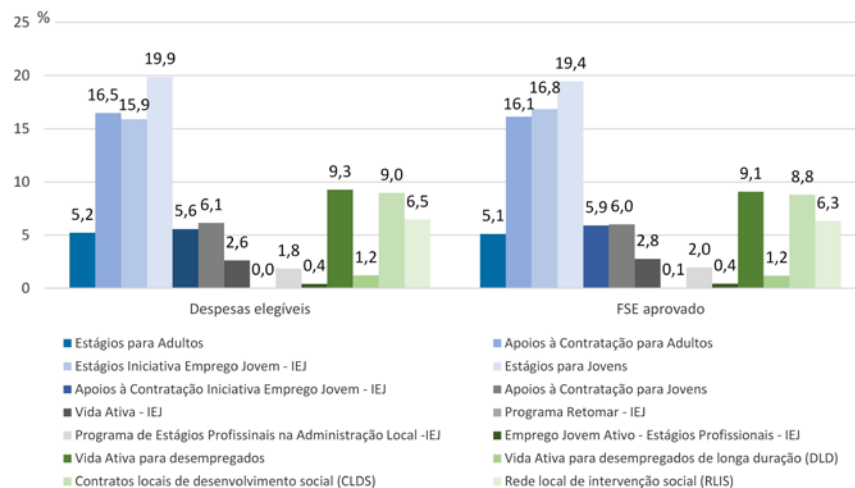
O cofinanciamento de ações de acesso ao emprego assumiu um valor ainda mais relevante, 46,7% do FSE aprovado, tratando-se de estágios e apoios à contratação de adultos e jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem.

De salientar ainda as ações destinadas a promover a inclusão ativa (10%), envolvendo os desempregados de longa duração e os contratos locais de desenvolvimento social; a adaptabilidade dos trabalhadores (9,1%); e a dinamização da Rede Local de Intervenção Social (6,3%).

Quadro 18 - Aprovações no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro (31 de dezembro de 2016)*

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado
		Milhares de euros	
PI 8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos	Estágios para Adultos	12.770	10.854
	Vida Ativa para Desempregados	40.294	34.250
PI 8.2 - Integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas	Estágios Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	38.850	35.742
	Estágios para Jovens	48.589	41.301
	Apoios à Contratação Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	13.642	12.550
	Apoios à Contratação para Jovens	15.031	12.776
	Vida Ativa - IEJ	6.387	5.876
	Programa Retomar - IEJ	119	109
	Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) - IEJ	4.506	4.146
	Emprego Jovem Ativo - Estágios Profissionais - IEJ	1.021	939
PI 8.5 - Adaptabilidade dos trabalhadores	Vida Ativa para desempregados	22.683	19.281
PI 9.1 - Inclusão ativa	Vida Ativa para desempregados de longa duração (DLD)	2.971	2.525
	Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)	21.940	18.649
PI 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis	Rede local de intervenção social (RLIS)	15.783	13.416
TOTAL PO ISE no Centro*		244.587	212.416

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) na Região Centro
(31 de dezembro de 2016)

Para a área da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos (PO SEUR), até final de 2016, estavam aprovados 394 projetos que envolviam 174,2 milhões de euros de fundo comunitário. Em média, cada projeto aprovado neste programa operacional envolvia uma despesa elegível de 538 mil euros e um cofinanciamento de 442 mil euros de fundos europeus.

Quadro 19 - Aprovações no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) por Eixo prioritário e Categoria de intervenção, na Região Centro (31 de dezembro de 2016)*

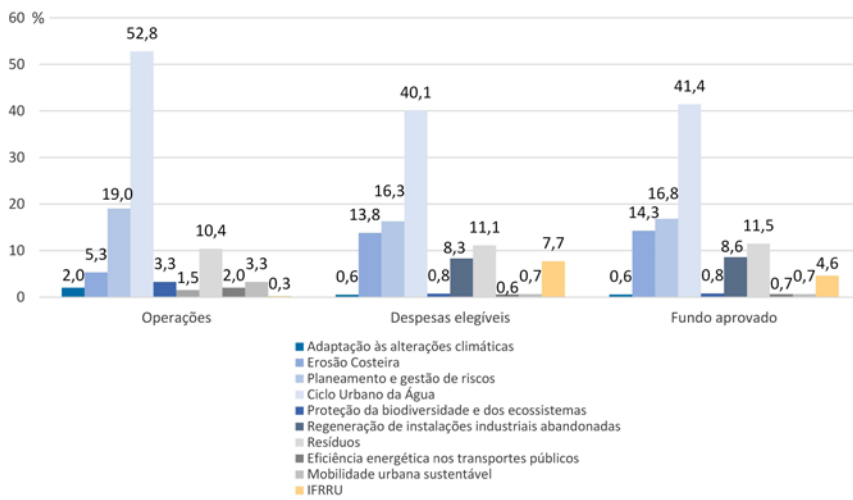
Eixo prioritário	Categoria de intervenção	Operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
		N.º	Milhares de euros	
Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Adaptação às alterações climáticas	8	1.170	994
	Erosão Costeira	21	29.287	24.894
	Planeamento e gestão de riscos	75	34.498	29.324
Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	Ciclo Urbano da Água	208	84.913	72.176
	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	13	1.651	1.403
	Regeneração de instalações industriais abandonadas	6	17.657	15.008
	Resíduos	41	23.571	20.035
Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU)	1	16.400	8.000
	Eficiência energética nos transportes públicos	8	1.337	1.137
	Mobilidade urbana sustentável	13	1.415	1.203
TOTAL PO SEUR no Centro*		394	211.899	174.174

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Cerca de 40% do valor de fundo comunitário aprovado respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR.

Do volume de aprovações, 19% respeitavam a projetos de prevenção da erosão costeira, mais concretamente duas operações para redução da erosão costeira do “Sítio” da Barrinha de Esmoriz e zona envolvente e seu desassoreamento com transposição de sedimentos para o litoral promovido pela Polis Litoral Ria de Aveiro; quatro operações relativas ao desassoreamento da zona superior da Lagoa de Óbidos; onze operações para proteção do litoral entre as praias do Furadouro e Vieira, ambas promovidas pela Agência Portuguesa do Ambiente; uma operação de proteção costeira da Praia da Formosa e Praia Azul do município de Torres Vedras e ainda três operações da terceira fase da proteção e recuperação do sistema dunar através do reforço do cordão dunar entre Ílhavo e Mira.

Fundo comunitário aprovado no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) na Região Centro (31 de dezembro de 2016)



FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 4, n.º 5, n.º 6 e n.º 7

Autoridade de Gestão do Centro 2020

Sistemas de Incentivo - Compete 2020

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do quarto trimestre de 2016 foi recolhida até ao dia 16 de março de 2017.

